



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 640005 - MG (2021/0012469-7)

**RELATOR** : **MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**  
**IMPETRANTE** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO MARANHÃO  
**ADVOGADOS** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO MARANHÃO  
MAURÍCIO ROCHA FONTOURA - MG000461D  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
**PACIENTE** : ANTONIO JOAQUIM DA SILVA (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de ANTÔNIO JOAQUIM DA SILVA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS (Agravos em execução n. 1.0231.17.028938-4/002).

O juízo de primeiro grau determinou a realização de exame de insanidade mental no paciente, que está em cumprimento de pena.

Alega a impetração que se trata de incidente em favor da defesa e, portanto, não poderia ter sido determinado de ofício.

Requer, liminarmente, seja suspensa a instauração do incidente de insanidade mental. No mérito, que seja reformado o acórdão que ratificou a decisão determinando a instauração do incidente.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 18 de janeiro de 2021.

JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência